



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 16/2022

Período: 14/05/2022 - 20/05/2022

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Comandante da Marinha defendeu auditoria das urnas eletrônicas
- 2- Parlamentares destinam verbas do “orçamento secreto” ao Programa Calha Norte
- 3- Colunistas discutiram golpismo de Bolsonaro e das Forças Armadas
- 4- Orçamento da Defesa foi privilegiado em meio a cortes nas outras pastas
- 5- Periódico detalhou inquérito da Polícia Federal contra militares
- 6- Saída do ministro de Minas e Energia repercutiu nas Forças Armadas
- 7- Historiadores analisaram o legado da Comissão Nacional da Verdade
- 8- Bolsonaro se pronunciou sobre posicionamentos antidemocráticos de seus apoiadores e voltou a levantar suspeitas sobre as urnas eletrônicas
- 9- Prefeito de São Paulo vetou projeto de mudança de nome de praça que homenageia ministro da ditadura
- 10- Professor direcionou perguntas ao Ministério da Defesa
- 11- Colunista analisou tensões pré-1964 e a conjuntura atual
- 12- Marinha realizou exercício no estado de Minas Gerais
- 13- Ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira faleceu aos 100 anos

1- Comandante da Marinha defendeu auditoria das urnas

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos, em entrevista ao jornal *O Povo*, mostrou apoio ao presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), acerca da auditoria das urnas eletrônicas. De acordo com o militar, o processo fará com que “(...) os brasileiros tenham certeza de que o voto deles vai valer, de que quem eles colocarem na urna vai ser contado e quem eles escolherem de uma forma limpa, transparente, como demanda a Constituição Federal e as leis nacionais, será validado”. Ademais, de acordo com o periódico, a declaração do almirante sinaliza mais uma vez o apoio das Forças Armadas à Bolsonaro, que fez declarações recentes questionando o processo eleitoral. (*Folha de S. Paulo – Política – 14/05/22*)

2- Parlamentares destinam verbas do “orçamento secreto” ao Programa Calha Norte

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Programa Calha Norte se tornou um dos principais destinos de emendas parlamentares e recursos do chamado “orçamento secreto”, com deputados e senadores prevendo o repasse

de R\$ 284,6 milhões. O jornal destacou que o programa, liderado pelo Ministério da Defesa e que visa aumentar a presença das Forças Armadas nas fronteiras do país, inicialmente nos estados da região Norte por meio da execução de obras públicas, tem se expandido nos últimos anos. Em 2022, o programa passou a abranger o estado do Tocantins, fora da área fronteiriça, além do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estados do Centro-Oeste, e do Maranhão, estado do Nordeste e sem fronteiras com outros países. Em número de cidades atendidas pelo projeto, a expansão foi de 40%, totalizando 619 municípios. (O Estado de S. Paulo – Coluna do Estadão – 14/05/22)

3- Colunistas discutiram golpismo de Bolsonaro e das Forças Armadas

Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense*, o jornalista Antônio Machado comparou a situação ocorrida após a derrota de Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, com o que o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), pode realizar em sua tentativa golpista. A diferença, comentou o autor, seria que Trump tentou aliciar as Forças Armadas sem sucesso. Segundo Machado, teria sido um erro acreditar que, incluindo o Exército na comissão técnica do processo eleitoral, Bolsonaro cessaria os ataques às urnas eletrônicas. Para ele, atualmente não há mais dúvidas nas Cortes superiores e no Congresso Nacional de que Bolsonaro é induzido, sobretudo pelo “generalato palaciano”, e induz os setores militares a pressionar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, solicitou pedido de audiência com o atual presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, para tratar de assuntos relativos ao tribunal e ao Exército, sendo respondido por Edson Fachin que eleição é assunto para “forças desarmadas”. Por outro lado, em coluna opinativa na *Folha de S. Paulo*, o jornalista Jânio de Freitas avaliou que o comentário tecido pelo ministro Fachin teria sido o que os bolsonaristas precisavam ouvir. Ademais, Freitas ressaltou as diferenças entre as Forças, com a Marinha e a Aeronáutica num “silêncio espectador”. Por fim, o colunista relatou que a responsabilidade constitucional das Forças Armadas é proporcionar livre exercício do direito ao voto, em que a segurança que lhes cabe é física e objetiva. Complementarmente, o doutor em Filosofia e professor titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Wilson Gomes, comentou a relação entre os militares e Bolsonaro. Segundo o professor, analistas políticos acreditam que os comandantes das tropas e quem fala em nome delas compartilham do mau sentimento que seria um golpe, mas a verdade seria que, enquanto os dois generais bolsonaristas Augusto Heleno e Luiz Eduardo Ramos se dispõem a intimidações e ameaças, o golpismo se garante nos porões, com utilização do jornalismo para entregar suas ameaças, emitidas no conforto dos bastidores. Gomes lembrou o tuíte do general Villas Boas em abril de 2018 como indício de que o governo sempre foi golpista, e de que haveria dois golpes: uma ameaça arbitrária de tomada do poder e mudança das regras do jogo, e um golpe por meio de “tramoia, farsa, embuste, logro, fraude”. (*Correio Braziliense - Opinião - 15/05/22; Folha de S. Paulo - Política - 15/05/22; Folha de S. Paulo - Ilustríssima - 15/05/22*)

4- Orçamento da Defesa foi privilegiado em meio a cortes nas outras pastas

Em reportagem, a *Folha de S. Paulo* comentou sobre a blindagem dos fundos militares frente à desvinculação de R\$ 166,2 bilhões em recursos feita no ano passado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro (PL). Os fundos destinados às Forças Armadas somaram R\$ 12,6 bilhões no fim de 2020, valor que se manteve até o final de 2021. A reportagem lembrou o período de criação de cada fundo orçamentário, começando por Getúlio Vargas em 1932 com a criação do fundo naval até o mais recente fundo do Exército, criado em 1965, que serviu para “aparelhamento do Exército” em meio à ditadura militar (1964-1985). Segundo o Ministério da Economia, considerando uma versão antiga do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) emergencial que protegia alguns fundos, o governo tinha se preparado para realizar a desvinculação, o que não ocorreu. Por fim, a reportagem relatou que os militares também foram a única categoria com aumentos em sua remuneração, previstos na reestruturação aprovada em 2019, e também devem ser incluídos no reajuste geral de 5% a ser concedido pelo governo federal a todo o funcionalismo público. Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, o jornalista e mestre em administração pública pela Universidade de Harvard, Vinicius Torres Freire, afirmou que a disputa pelo gasto público e privado pode afundar o governo no ano de 2023. O gasto com militares da ativa e aposentados cresceu, mas cresceu tanto quanto o PIB e a economia. Em comparação com os salários dos funcionários públicos civis, que foram congelados, Freire destacou que os militares conseguiram uma previdência especial e rearranjos na carreira. Por fim, o jornalista comentou que apesar do assunto principal não ser a diferença entre o orçamento civil e militar, é um exemplo da disputa pelo dinheiro público que pode ser crucial para o ano de 2023. Por outro lado, o *Correio Braziliense*, por meio de uma reportagem, mostrou que apesar do orçamento da Defesa ter disparado, não houve investimento no poderio militar do país. (*Correio Braziliense* - Brasil - 15/05/22; *Folha de S. Paulo* - Mercado - 15/05/22)

5- Periódico detalhou inquérito da Polícia Federal contra militares

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que a Polícia Federal investiga militares e civis do governo federal por suposta organização criminosa que praticou ataques às instituições e disseminação de informações falsas. O inquérito tem como base a transmissão ao vivo do presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), no dia 29/07/2021, na qual realizou o maior ataque ao sistema eleitoral brasileiro, segundo a reportagem. Além de Bolsonaro, os generais Luiz Eduardo Ramos e Augusto Heleno também compõem a lista de investigados, além do coronel do Exército Eduardo Gomes da Silva, responsável por apresentar as suspeitas de fraudes durante a transmissão. (*Folha de S. Paulo* - Política - 15/05/22)

6- Saída do ministro de Minas e Energia repercutiu nas Forças Armadas

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a saída do almirante Bento Albuquerque do Ministério de Minas e Energia foi vista pelas Forças Armadas como a resposta que o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), precisava dar em relação ao aumento dos preços dos combustíveis. O jornal avaliou que, na visão de militares, Albuquerque ocupava um cargo político, e seu afastamento foi

entendido como “bem mais tranquilo que a exoneração do general Silva e Luna do comando da Petrobras”. Diferentemente da situação com o ex-comandante da Petrobras, que deixou o cargo dizendo-se traído por Bolsonaro, a reportagem afirmou que o ex-ministro não foi alvo de um processo longo de “fritura” pública como outros militares que ocuparam cargo no governo. (Folha de S. Paulo - Política - 16/05/22)

7- Historiadores analisaram o legado da Comissão Nacional da Verdade

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que completou dez anos no dia 16/05/22, tem seu legado ofuscado pela conjuntura política atual. A Comissão teve por finalidade apurar violações de direitos humanos cometidas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, embora o grupo tenha se debruçado especialmente na análise dos casos ocorridos durante a ditadura militar (1964-1985), por meio da promoção de audiências públicas, análise de documentos e fotos, e coleta de depoimentos de vítimas e acusados. As análises foram conduzidas por sete conselheiros, designados pela então presidente da República, Dilma Rousseff (2011-2016), e contaram com a colaboração de dezenas de pesquisadores e assessores. O relatório da CNV afirmou que as violações de direitos humanos ocorreram como resultado de ação generalizada e sistemática do Estado brasileiro, com decisões emanadas da presidência da República e dos ministérios militares, incluindo a participação direta de membros das Forças Armadas em atos de violência. De acordo com o historiador Fernando Perlatto, desde a criação da CNV em 2014, a defesa aberta da ditadura, a relativização das torturas ocorridas no período e os pedidos para a instalação de um novo regime militar no Brasil têm se tornado cada vez mais frequentes. Sobre essa mudança na conjuntura, ele afirmou: "Não podemos esquecer que o projeto para a instalação da comissão foi aprovado no Congresso Nacional. Pensemos hoje o que seria um projeto como esse submetido ao Congresso. Havia uma conjuntura política favorável". Já a professora do departamento de história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Caroline Silveira Bauer, apontou que “desde que o relatório foi entregue nós só tivemos retrocessos nas políticas de memória relativas a ditadura militar”. Em sua avaliação, nenhuma das medidas recomendadas pelo relatório final foram assumidas como política de Estado, desde 2014. A *Folha* ressaltou que, nos últimos anos, as Forças Armadas e o Ministério da Defesa têm se manifestado nos meses de março celebrando o regime militar e que o legado da CNV é ofuscado pela crise envolvendo diferentes Poderes e as Forças Armadas, além das insinuações golpistas do presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), defensor do período da ditadura militar. (Folha de S. Paulo - Política - 16/05/22)

8- Bolsonaro se pronunciou sobre posicionamentos antidemocráticos de seus apoiadores e voltou a levantar suspeitas sobre as urnas eletrônicas

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), no dia 15/05/22, fez uma visita ao comércio de Brasília e participou de um ato pró-governo no Lago Paranoá. Ele se pronunciou sobre o caráter antidemocrático das manifestações em apoio a seu governo, dizendo que "Só um psicopata ou um imbecil para dizer que os movimentos de 7 de setembro

e 1º de Maio atentam contra a democracia. Quem diz isso é um psicopata ou imbecil". Quando questionado sobre os ataques ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário ocorridos durante protestos de seus apoiadores, respondeu que "Um maluco levanta uma faixa lá: AI-5, existe AI-5? Tem que ter pena do cara" e minimizou os pedidos de intervenção militar feitos por eles: "Está atentando contra a democracia quem falar de 'Forças Armadas, faça isso, faça aquilo?"". Na visita ao comércio no Guará, no Distrito Federal, e à Feira dos Importados de Brasília, Bolsonaro estava acompanhado pelo ex-ministro da Defesa, Walter Braga Netto, e por Luiz Eduardo Ramos, ministro da Secretaria-Geral da Presidência, ambos generais da reserva. Já no evento que reuniu barcos e lanchas na região do Lago Paranoá, segundo a *Folha*, o presidente reafirmou que não quer dar um golpe. "Eu já sou presidente, vou dar golpe em mim mesmo? Que idiotice", disse ele. O jornal ressaltou que Bolsonaro tem ampliado insinuações golpistas, ataques às urnas e levantando dúvidas sobre o sistema eleitoral. Nas palavras do presidente: "As Forças Armadas foram convidadas a participar [da discussão do Tribunal Superior Eleitoral sobre o pleito], não estamos nos metendo lá". E complementou: "Sugeri ao ministro da Defesa que, com vocês, da mídia, se discuta publicamente as sugestões apresentadas pelas Forças Armadas para que vocês tomem conhecimento sobre o que está acontecendo". A *Folha* e o *Correio Braziliense* também noticiaram que Bolsonaro discursou, aos gritos e usando palavrões, a empresários no Aspas Show, em São Paulo. Na ocasião, o presidente novamente levantou suspeitas acerca do processo eleitoral e declarou que podemos ter eleições "conturbadas" em outubro. Também teceu críticas ao TSE por não acatar as sugestões apresentadas pelas Forças Armadas à Comissão de Transparência nas Eleições (CTE). Em resposta às investidas do presidente contra o TSE, o grupo Coalizão para a Defesa do Sistema Eleitoral - composto por mais de 200 entidades e organizações da sociedade civil - apresentou uma carta protesto ao presidente da corte, Edson Fachin. (*Correio Braziliense* - Política - 17/05/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 16/05/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 17/05/22;)

9- Prefeito de São Paulo vetou projeto de mudança de nome de praça que homenageia ministro da ditadura

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o prefeito da cidade de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), vetou um projeto de lei que alterava o nome da praça ministro Alfredo Buzaid para praça Lourenço Carlos Diaféria. Segundo a reportagem, apesar de reconhecer a iniciativa, Nunes declarou que a mudança de nome de vias e logradouros públicos só é possível se a autoridade for condenada por crimes de lesa-humanidade ou por graves violações de direitos humanos, o que, de acordo com ele, não é o caso de Buzaid. Além disso, o prefeito afirmou que o nome do cronista Diaféria não está no banco de referências em direitos humanos para nomeação de logradouros. O jornal explicou que Buzaid foi ministro da Justiça no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), durante a ditadura militar (1964-1985), sendo lembrado por seu apoio ao AI-5, ato institucional que inaugurou o período mais repressor do regime. Celina Diaféria, filha de Lourenço, se pronunciou sobre o caso: "Sinto que atravessamos um momento em que não se diferencia uma ditadura de uma democracia, e a manutenção da democracia pressupõe a luta

pela preservação da memória de quem lutou para conquistá-la". (Folha de S. Paulo - Política - 16/05/22)

10- Professor direcionou perguntas ao Ministério da Defesa

Em coluna opinativa no periódico *Correio Braziliense*, o professor emérito da Universidade de Brasília (UNB), Cristovam Buarque, que também ocupou cargos políticos ao longo da carreira, direcionou perguntas ao Ministério da Defesa após as Forças Armadas levantarem suspeitas a respeito do sistema eleitoral. Buarque apontou que o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), vem deslegitimando as urnas como pretexto para um possível golpe. Além disso, supondo que a real intenção das Forças Armadas seja de fato aperfeiçoar o sistema eleitoral, o professor endereçou perguntas ao Ministério da Defesa, por possuir uma breve experiência militar e por ter sido membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Dentre as dez perguntas, Buarque indagou: "A demora para vacinar a população após o desenvolvimento das vacinas teve algum impacto negativo na garantia de nossa defesa?" e "Depois de 33 anos de democracia, não seria do interesse da nossa defesa que nossas Forças Armadas continuassem com o comportamento profissional exemplar que vinham tendo, deixando que nossos políticos civis e nossos juízes togados cuidem do processo eleitoral, como prevê nossa Constituição?". (Correio Braziliense - Opinião - 17/05/22)

11- Colunista analisou tensões pré-1964 e a conjuntura atual

Em coluna opinativa no periódico *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo abordou a ditadura militar (1964-1985) e sua relação com os dias atuais. De início, Azedo fez um trocadilho no título de sua coluna com o livro em que Ferdinando Carvalho retrata a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), com a frase "lembrai-vos de 1964! Não custa nada", e então discorreu acerca de alguns pontos da história brasileira no período de ditadura milita. O colunista destacou que muito do que os militares e a direita brasileira falam sobre a esquerda é uma reprodução do trabalho de Carvalho, que lançou em 1980 uma "tentativa desesperada" de impedir o processo de redemocratização. Segundo o colunista, tal pensamento influenciou inclusive militares que hoje estão na reserva e ocupam cargos no governo, como o caso de Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). (Correio Braziliense - Política - 17/05/22)

12- Marinha realizou exercício no estado de Minas Gerais

Segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, a Marinha concluiu no dia 18/05/2022 o maior exercício já realizado no estado de Minas Gerais, mobilizando 700 militares com o objetivo de adestrar a tropa, treinar tempo de resposta para situações reais de emergência e avaliar a capacidade do equipamento. De acordo com o jornal, esse tipo de treinamento é realizado na Amazônia devido à grande quantidade de rios na região. Entretanto, dessa vez o exercício operacional foi realizado no lago de Furnas, localizado perto do cânion que desabou em janeiro deste ano, na cidade de Capitólio (MG). (Folha de S. Paulo - Política - 18/05/22)

13- Ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira faleceu aos 100 anos
Segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, Januário Antunes Maciel, que integrou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) que combateu na Segunda Grande Guerra (1939-1945), faleceu no dia 02/05/2022 aos 100 anos de idade devido a uma embolia pulmonar. De acordo com seu neto, Januário se voluntariou na quando tinha 22 anos, apesar de ter passado da idade para ser soldado. Nascido no Mato Grosso do Sul, o ex-combatente integrou o 1º Regimento de Infantaria, conhecido por Regimento Sampaio, e participou ativamente de batalhas no território italiano, de novembro de 1944 até agosto de 1945. Segundo o neto, sua participação na guerra chegou ao fim quando Januário foi ferido na perna por um projétil. Ao retornar para o Brasil, Januário ingressou na Polícia Militar, atuando por 20 anos até se aposentar na década de 1980. (*Folha de S. Paulo - Cotidiano - 18/05/22*).

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Juliana Haniu

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Giovanna Palas Soares Santos

Grazielly Dourado Santos

Marcela Furlan de Cena

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima